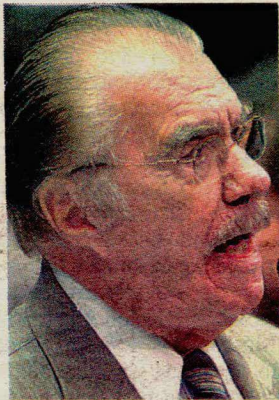


Eleição suplementar

A ELEIÇÃO SUPLEMENTAR de senador não é novidade no Brasil. Só que aconteceu pela última vez há 52 anos. O senador Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, foi candidato à reeleição por seu estado natal, a Paraíba, mas perdeu. No ano seguinte, Juscelino Kubitschek disputaria a presidência da República. Faltava-lhe o apoio da mídia. Tancredo Neves, que mais tarde seria também eleito presidente, fez um acerto com Chateaubriand. O senador maranhense Antonio Bayma e seu suplente – na época era só um – renunciariam ao mandato. Haveria uma eleição especial, feita sob medida para Chateaubriand. Em troca, os Diários apoiariam JK. Escolheu-se o Maranhão porque o Estado era totalmente controlado pela máquina política do PSD, o partido de Juscelino. Deu certo. Chateaubriand elegeu-se, JK também. A eleição serviu também para projetar um jovem político, o principal opositor no Maranhão, que protestou contra a barganha. Era José Sarney, outro que se elegeu presidente e senador décadas mais tarde. As eleições su-



José Sarney

plementares se justificam, no Senado, porque seus membros representam as unidades federativas, na mesma proporção. Vaga significaria desequilíbrio. O mesmo acontece nos Estados Unidos, onde não há a figura do suplente. Lá, se um senador renuncia ou morre, o governador nomeia imediatamente substituto até a eleição de novo titular. No Brasil, já houve outras duas vacâncias de cargo. Eleito em 1962, o senador Carlos Jereissati – pai do atual senador Tasso – morreu de enfarte meses após assumir. Seu suplente suicidou-se. Só não houve votação suplementar porque a eleição geral estava próxima. Pouco tempo depois os militares cassaram o senador Mário Martins – seu filho Franklin é hoje ministro – e o suplente Marcelo Alencar, depois governador. De novo, esperou-se pela eleição do ano seguinte. A Constituição atual redefiniu esse princípio. Sempre que se abrir uma vaga no Senado, sem titular nem suplentes, haverá eleição especial, desde que faltam mais de quinze meses para término do mandato. Por improvável que pareça.